

20

Brasília, quarta-feira,
29 de janeiro de 1997

Senado

OPIN

EDITOR: Ismar Cardona. Telefone: (061) 342-1145. F

29 JAN 1997

Decisão infeliz

CORREIO BRAZILIENSE

O Senado perdeu uma grande chance de acabar de vez com o seu escritório de representação no Rio de Janeiro. Por 24 votos contra 22, a Casa decidiu manter um serviço que não tem outra serventia que não a de ser um monumento ao ócio e ao desperdício à beira-mar plantado. Dele se beneficiam apenas senadores que vivem no Rio ou por lá passam procedentes de Brasília ou do exterior. Por tabela também é utilizado para desembaraçar bagagens de funcionários do Senado que chegam de férias. E só. São dez carros que funcionam como radiotáxis para os senadores, 25 linhas telefônicas e 48 funcionários com salários de R\$ 3 mil a R\$ 4 mil. Treze deles ocupam cargos de confiança.

Quem mais se bateu pela manutenção do escritório, que funciona num anexo do velho prédio do Itamaraty, foi a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Alegando que não usa a estrutura do Senadinho quando se encontra no Rio, ela alinhou entre seus argumentos de defesa o papel histórico desempenhado pela representação. "O Senadinho foi o centro de todas as articulações políticas desde o Império. É um patrimônio que precisa ser preservado". Em que uma mordomia indefensável po-

deria contribuir para a preservação de memoráveis campanhas cívicas que ajudaram a moldar a nacionalidade? Com todo o respeito que nos merece a brava senadora do PT, no caso ela está misturando as estações. Sua justificativa para a manutenção de tão deslavada mordomia é uma ofensa à inteligência e ao bom senso.

Os senadores efetivamente preocupados em preservar a imagem de sua instituição certamente gostariam de se ver livres de tão incômodo penduricalho. Mais prudente, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) também saiu em defesa do Senadinho, sugerindo sua reestruturação. Em seu lugar seria criado um centro de pesquisas voltado à história do Senado.

A idéia de se fazer um centro de pesquisas é de todo louvável. O que não se entende é que esse trabalho não possa ser feito aqui mesmo em Brasília. A taxa de desemprego no Estado do Rio não irá crescer caso o velho Itamaraty se veja livre do incômodo anexo e dos 48 supérfluos funcionários. O significado de tal decisão seria mais simbólico que econômico. Afinal, não é politicamente correto que o Senado mantenha viva uma repartição que não tem a menor justificativa para continuar existindo.